

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 03/2018****Data: 2018-02-05****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.31 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Sr. Vereador José Manuel Mendes Delgado justificou a falta à reunião por motivos profissionais e solicitou a sua substituição, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro, devidamente convocado para o efeito. -----

O Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão entrou no decorrer do período de antes da ordem do dia. -----

Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 8 E DE 22 DE JANEIRO DE 2018 -----****BALANCETE -----****N.º 01 – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO – extinção do procedimento (327/ENTE/DAJA/2018) -----****N.º 02 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE CHÃO DE MAÇAS- GARE E VALE DOS OVOS – extinção do procedimento (3315/ENTE/DAJA/2016 - 9/INSTGT/DGT/2016) --**



- PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----**
- N.º 03 – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA LOCAL DE NATUREZA INTERMUNICIPAL PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA RESITEJO DENOMINADA RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, SA (748/ENTE/DAJA/2018 - 3/ENTEXT/PR/2013)-----**
- INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**
- N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (6/PPRC/PR/2018)-----**
- EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:-----**
- N.º 05 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA, DA RUA TORRES PINHEIRO E DA AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROJETO DE EXECUÇÃO (5/ESPP/EPTH/2018 - 7/ESPUEX/EPTH/2016) -----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 06 – REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO DE DURAÇÃO LIMITADA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – tarifação do estacionamento na SUBZET 1.4 – rua dos Arcos (45/PGEN/DOM/2018 - 9/PQEST/DOM/2016)-----**
- N.º 07 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DAS MIMOSAS – conta final (12/EMPR/DOM/2018 - 250/CONPUB/DOM/2017) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----**
- N.º 08 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA ÂNGELA TAMAGNINI, N.º 4 – Ricardo Alexandre Nogueira Tereso (215/PEDI/DGT/2017 - 100/DIVER/DGT/2017)-----**
- N.º 09 – OBRA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA - Fábrica da Igreja Paroquial de São João Baptista (111/RJUE/DGT/2017 - 48/EDIF/DGT/2017) -----**
- N.º 10 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (29/PEDI/DGT/2018 - 80/DIVER/DGT/2018) -----**
- N.º 11 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIAS, AUDITORIAS E INSPEÇÕES CONSTITUÍDAS NO MANDATO 2013-2017 (9/PGEN/DGT/2018)-----**
- DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----**
- N.º 12 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CARNAVAL DA LINHACEIRA - Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira (2/PUBO/DAJA/2018 - 1/PUBLI/DAJA/2018) -----**



- DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----**
- N.º 13 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A PROVAS FÍSICAS DE ÁRBITROS DE FUTEBOL (5060/ENTE/DAJA/2016)-----**
- UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----**
- N.º 14 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2017/2018 (4/ESPP/UISE/2018 - 1/ADESC/UISE/2018)-----**
- N.º 15 – PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES A CRIANÇAS E ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA E DA EB1 RAÚL LOPES ATRAVÉS DO REFEITÓRIO DA ESCOLA DE SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA A PARTIR DO ANO LETIVO 2017/2018 (2272/ENTE/DAJA/2017 - 4/PROGAPED/DEAS/2013)-**
- N.º 16 – REDE SOCIAL DE TOMAR – REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL (3/ESPP/UISE/2018 - 10/PROJPAR/DEAS/2013)-----**
- N.º 17 – PROGRAMA ESCOLHAS SEXTA GERAÇÃO – RENOVAÇÃO PARA 2018 DO PROJETO FAZ ECO (EMPREENDEDORISMO, CIDADANIA, OPORTUNIDADES) – E6G (7810/ENTE/DAJA/2017 - 7/PROJPAR/UISE/2016)-----**
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----**
- N.º 18 – VENDA DE ÓCULOS DE NATACÃO NO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR (13/PGEN/UDJ/2018 - 3/GESTFIOR/UDJ/2014)-----**
- N.º 19 – APOIO À TERCEIRA EDIÇÃO DA PROVA TEMPLÁRIOS EXTREME BTT - Clube Desportivo Templários BTT e Aventura (537/ENTE/DAJA/2018 - 6/APOIOS/UDJ/2015)-----**
- N.º 20 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol Comércio e Indústria de Tomar (610/ENTE/DAJA/2018 - 4/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- N.º 21 - UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo (43/ENTE/DAJA/2018 - 2/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- N.º 22 - UTILIZAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Ténis Clube de Tomar (7714/ENTE/DAJA/2017 - 11/CEDESP/UDJ/2014)-----**
- N.º 23 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (7027/ENTE/DAJA/2017 - 6/CEDESP/UDJ/2014)-----**



N.º 24 - UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Grupo Desportivo da Nabância (540/ENTE/DAJA/2018 - 1/CEDESP/UDJ/2014) ---

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DA NAVE DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Associação de Patinagem do Ribatejo (183/ENTE/DAJA/2018 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de Atendimento ao Público. -----

Esteve presente o Sr. Eduardo Afonso da Silva Salavisa reportando que é impossível a circulação de viaturas ligeiras no arruamento onde reside, na Quinta do Suímo, freguesia de Sabacheira, desde que, há cerca de um ano, os SMAS promoveram a execução de um ramal de abastecimento de água. Referiu que, quando os SMAS abandonaram a obra, sabendo que, tipicamente, no Suímo, os fogos ocorrem de cinco em cinco anos, alertou o Presidente da Junta que estava prestes a iniciar-se a época de incêndios e que estariam encurralados se houvesse fogo na mata que dá acesso à associação, por onde, desde então, se circula, e perguntou-lhe para quando se previa a reposição do que tinha sido destruído, percebendo das suas palavras que seria para as calendas. Referiu que, tecnicamente, é uma asneira completa colocar tout venant em cima do betuminoso, mas foi o que foi feito, na altura e mais recentemente, para além de terem destruído um pavimento em betão que tinha, até ao limite do seu terreno, para acesso das viaturas. Perguntou o que é que a Câmara pretende fazer para repor o que estragaram e tornar o acesso viável.-----

A Sra. Presidente referiu que esta situação está reportada há alguns meses até porque uma das moradoras necessita com alguma frequência de transporte em ambulância e tem sido difícil o acesso da mesma ao local; as obras foram executadas pelos SMAS, mas são os serviços da Câmara que procedem à reposição dos pavimentos e, no mês de agosto, acabou o contrato continuado de massas betuminosas e houve necessidade de lançar um outro procedimento para o efeito; de acordo com a informação que possui, sujeita a confirmação, terão tido início, na semana passada, os trabalhos prévios de preparação do pavimento.-----

Usou da palavra a Sra. Ana Paula Salavisa para referir que não corresponde totalmente à verdade o que a Sra. Presidente disse porque, em fevereiro, quando abordaram o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, ele alegou falta de disponibilidade de máquinas; posteriormente, muito próximo das eleições, todos os arruamentos que cruzam com a estrada que vai para o Agroal levaram pavimento novo, mas manteve-se por arranjar aquele que foi estragado não foi arranjado, e sabem que os SMAS tiveram ordem para não reportar à Câmara o número de metros quadrados a pavimentar naquele local. -----



A Sra. Presidente referiu que, o ano passado, a Câmara Municipal celebrou contratos interadministrativos com um conjunto de freguesias através dos quais delegou nos respetivos órgãos executivos a competência para repavimentar um conjunto de arruamentos, estradas e caminhos municipais, atribuindo-lhes os meios financeiros para o efeito; uma coisa são as pavimentações que a Junta de Freguesia promoveu diretamente, em cumprimento desse contrato, outra coisa são as reposições de pavimentos resultantes das intervenções dos SMAS sendo certo que nunca foi dada ordem para os serviços municipalizados não transmitirem informação sobre os trabalhos realizados à Câmara até porque os serviços municipais precisam de os conhecer para poderem planear atempadamente os trabalhos a executar. -----

Nesta altura, passou a participar na reunião o Sr. Vereador Hugo Renato Ferreira Cristóvão. -----

A Sra. Ana Salavisa reforço que o Presidente de Junta sabia perfeitamente que o arruamento tinha sido completamente destruído e que não era possível a circulação; apesar de constar no programa eleitoral da freguesia, não se verificou a reposição de massas betuminosas; antes já não tinha tapete betuminoso, mas circulava-se; começou a ter buracos quando se verificou a construção de determinada casa; na altura, reclamaram junto do Executivo que mandou reparar, de forma atabalhoada, e resolveu, até ao dia em que foram retomadas as obras nessa moradia e voltaram a passar pesados e, depois, também as máquinas para abertura das valas para o abastecimento de água. Disse que não é assim que se gere uma obra e que não percebe como é que, um ano depois, ainda não foi repostos o pavimento. -----

O Sr. Eduardo Salavisa realçou que as obras têm que ser planeadas do princípio ao fim e com a coordenação de todos os intervenientes. -----

A Sra. Ana Salavisa referiu que sabem, e compreendem, porque é que foi feita a obra de abastecimento de água, mas devem ser repostas as condições que existiam até para que os moradores não sejam confrontados com situações idênticas às verificadas em épocas de incêndio anteriores. -----

A Sra. Presidente reiterou que o arruamento vai ser alcatroado e que já devem ter começado, na semana passada, os trabalhos de preparação necessários garantindo que, neste momento, há máquinas e massas e que a obra está planeada para ser feita de imediato. Pediu para que a questão da destruição da entrada seja colocada no local ao engenheiro que estiver a acompanhar a obra para que possam ser repostas as condições que existiam. -----

A Sra. Presidente aproveitou para agradecer ao Sr. Eduardo Salavisa o alerta referente ao



sistema de abertura das portas de vidro interiores do edifício estar em desacordo com uma norma de segurança, situação que vai ser corrigida. -----

Esteve presente a Sra. Maria Isabel Figueira para expor e solicitar a intervenção da Câmara Municipal para a resolução de um problema com que se confronta há anos junto à casa rústica que possui na estrada do Outeiro da Barreira, em cujas traseiras o seu vizinho mantém arrumada uma pilha de cerca de sessenta metros cúbicos de madeira; já apresentou a situação na GNR, que alega não ter condições para obrigar o senhor a retirar a madeira do local; o ano passado, face às ocorrências registadas a nível nacional, alertou para o problema a Divisão de Proteção Civil, que se deslocou ao local; o chefe de divisão concorda que a sua preocupação é legítima, mas diz que não há disposições legais que permitam uma tomada de posição pelo Município. Saliou que não quer entrar em conflito de qualquer natureza com o vizinho, uma pessoa idosa que vive sozinha, mas a situação constitui um potencial foco de insegurança para os seus bens e para todo o aglomerado, agravado pelo difícil acesso dos bombeiros ao local. -----

A Sra. Presidente referiu que, desde agosto, tem sido produzida legislação em matéria de prevenção de incêndios e alguma já se refere à questão das pilhas de lenha. Deu conhecimento que, em conjunto com a GNR, vão ser realizadas em todas as freguesias ações de sensibilização e de esclarecimento sobre as responsabilidades em matéria de limpeza de terrenos, forma de as exercer e datas, a primeira das quais teve lugar ontem, nas Olalhas; e também que, no próximo dia vinte três, estará no concelho um batalhão da GNR cujos elementos, acompanhados em cada freguesia pelo Presidente da Junta, irão verificar a situação no terreno. Realçou que a lei em vigor prevê que as Câmaras possam atuar mais facilmente em terrenos privados e comprometeu-se a sinalizar esta situação junto do grupo de intervenção da GNR, aconselhando ainda a senhora a participar na ação de sensibilização que vai decorrer na União das Freguesias de Serra e Junceira. -----

A Sra. Maria Isabel Figueira referiu que o Presidente da Junta tem conhecimento do assunto e já lhe deu o seu apoio, mas, mesmo assim, não tem conseguido resolver o problema, pelo que precisa de ajuda para resolver uma situação que muito a aflige, até porque a pilha está encostada à sua casa. -----

A Sra. Presidente assegurou que vai pedir ao presidente de Junta que leve os elementos da GNR ao local, para se inteirarem da situação, sendo certo que, antes de qualquer intervenção, o proprietário terá que ser notificado para retirar a pilha e, se assim não proceder, ser alvo de contraordenação. -----



Esteve presente a Sra. Susana de Jesus Miguel Alves para solicitar à Câmara Municipal o cumprimento da obrigação legal de assegurar os transportes escolares aos alunos residentes na freguesia da Sabacheira, pois, três meses depois de aqui ter estado, continua à espera que a situação seja resolvida e não lhe foi dada qualquer resposta. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão recordou que, quando a senhora aqui esteve, colocou várias questões e que o que lhe foi dito, e assegurado posteriormente junto da Rodoviária do Tejo, é que iria resolver-se a situação que afetava um grande número de alunos à quinta-feira, à hora do almoço. Adiantou que este transporte suplementar a iniciar em janeiro do corrente ano foi contratualizado com a empresa e não tem informação de que não esteja a ser efetuado. -----

A Sra. Susana Alves garantiu que não está a ser efetuado. Referiu que os alunos têm direito a transporte escolar, mas a sua filha, aluna do sexto ano, só à quarta-feira pode usufruir do autocarro para regressar a casa; nos restantes quatro dias, faz treze quilómetros para cada lado para a vir buscar e para cumprir uma obrigação que não é sua. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que nenhum município consegue assegurar o transporte individualizado para cada criança quando estão em causa opções individuais, e legítimas, como, no caso presente, o ensino articulado, mas também a formação em inglês, a prática de futebol ou de judo, ou outras atividades, casos em que poderá pedir-se uma especial atenção às direções dos agrupamentos escolares. Realçou que os agrupamentos sabem, há muitos anos, que as tardes livres devem ocorrer o mais possível à quarta e à sexta-feira, pelo menos para as turmas com a maioria dos alunos provenientes de fora da cidade, porque é nesses dias que há autocarros à hora do almoço; é impossível haver transportes a todas as horas porque os nossos impostos não conseguem pagar isso nem há forma legal de obrigar a Rodoviária a fazê-lo, sendo certo também que não é fácil fazer horários nestes condicionalismos. Referiu que a situação que, este ano letivo, se colocou à quinta-feira abrange cerca de vinte alunos e obrigou à articulação de uma solução com a Rodoviária, que acedeu e se comprometeu a assegurar esse transporte suplementar a partir do segundo período. Disse que o município não tem forma de corresponder a todas as necessidades particulares que estão subjacentes a este e outros casos isolados que subsistem. -----

A Sra. Susana Alves disse que compete aos municípios assegurar os transportes escolares e que os pais não têm culpa se os horários não estão bem feitos; essa discussão competirá ao agrupamento de escolas, à Câmara e à Rodoviária sendo certo que, neste caso, ficam prejudicados os alunos do articulado que decidiram aproveitar uma coisa que o Estado



alegadamente lhes proporciona (afinal de contas, não dá nada; dá com uma mão e tira com as duas). -----

A Sra. Presidente recordou que a Câmara Municipal disponibiliza um serviço de transporte a pedido em algumas freguesias, nomeadamente na Sabacheira, sugerindo a sua eventual utilização para assegurar o transporte da aluna. -----

A Sra. Susana Alves referiu que está aqui a pedir que a Câmara exerça uma competência que lhe cabe, porque, se aceitou esse papel, devia ter condições para o fazer. Disse que, no ano letivo passado, também teve que se deslocar todos os dias a Tomar para vir buscar a sua filha e que há miúdos do quinto ano que ficam sozinhos na cidade o dia inteiro se os pais não os vierem buscar. Mudando de assunto, referiu que ficou triste por saber que, mais uma vez, o orçamento dos SMAS não contempla a freguesia da Sabacheira que, já em dois mil e dezassete, esteve todo o verão sem água, solicitando que, por escrito, a informassem se isso corresponde à verdade. -----

A Sra. Presidente respondeu que o orçamento dos SMAS é público e qualquer cidadão o pode consultar. Esclareceu que a questão da falta de água resulta do abastecimento em alta a partir da captação da Mendacha, que não é competência dos SMAS e não tem que estar contemplado no respetivo orçamento; há cerca de quinze dias, reuniram com a EPAL e pode informar que está em execução o projeto para que todo o abastecimento passe a ser feito a partir da ETA da Asseiceira, a que se seguirá o lançamento da empreitada. Referiu que se espera que as obras aconteçam ao longo deste ano, e seguinte, e que a situação fique resolvida. -----

A Sra. Susana Alves referiu que se mantém o problema da ETAR, pese embora tenha falado diversas vezes com o Presidente de Junta e se tenha deslocado à Câmara Municipal de Ourém para apresentar reclamação. -----

A Sra. Presidente informou que, no próximo dia sete, tem uma reunião marcada com o Presidente da Câmara Municipal de Ourém onde, entre outros assuntos, será abordada a situação da ETAR de Seiça. -----

Esteve presente o Sr. Américo Costa, em representação do grupo ambientalista AQUA Tomar, que começou por atender o telemóvel quando já se encontrava no lugar reservado à intervenção dos cidadãos inscritos, facto que deu origem a que **a Sra. Presidente** o alertasse para o respeito que é devido ao órgão e ao público presente e a que, depois de uma troca de palavras, o cidadão apresentasse desculpas à Sra. Presidente e ao órgão. Referiu que foi ouvido pelos senhores deputados de Os Verdes na visita que fizeram a Tomar e lhes explicou a situação que se vive no rio Nabão, e está certo de que apesar de terem visitado menos sítios



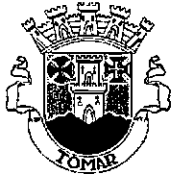
acertaram em cheio. Perguntou o que é feito da comissão ambiental municipal cuja constituição aqui foi aprovada por maioria e da qual nunca mais ouviu falar, se foi criada só para português ver; do que sabe, toda a gente quis fazer parte dela, restringiram a sua constituição aos eleitos na Assembleia Municipal e barraram-lhe o acesso apesar do muito que queria fazer por ela (uma das razões porque se candidatou aos órgãos autárquicos deste município), mas, pelos vistos, já está mais do que morta e enterrada, levando-o a pensar que, se calhar, assistia razão ao Sr. Vereador João Tenreiro quando defendeu que essa comissão não levava a lado nenhum e que seria melhor constituir um conselho municipal do ambiente; talvez seja a única resposta que Tomar pode dar à situação da poluição no rio Nabão.-----

A Sra. Presidente referiu que existe separação de poderes dos órgãos executivos e deliberativos do município e que, nos termos legais e regimentais, os membros das comissões municipais cessam funções com o termo do mandato dos órgãos eleitos; a criação da comissão é competência da Assembleia Municipal que, neste mandato, já manifestou vontade em que a comissão continue a existir e, segundo julga saber, já foram contactadas as forças políticas ali representadas para indicarem os seus representantes. -----

O Sr. Américo Costa perguntou se a Sra. Presidente não fica preocupada sabendo que uma comissão constituída há um ano nada tenha feito (diria merda nenhuma, mas não é mal-educado e não dirá tal palavra). -----

Verificou-se nova troca de palavras entre a Sra. Presidente e o munícipe quanto aos termos em que deve ter lugar a participação dos cidadãos neste tipo de reuniões. -----

O Sr. Américo Costa referiu que, em sua opinião, na última reunião pública, a Sra. Presidente se espalhou quando defendeu a videovigilância no rio Nabão, porque o que deve ser feito é uma monitorização/vigilância direta e há departamentos que podem muito bem fazê-la, como a APA e a IGAMAOT; essa sim seria uma medida muito válida para, de uma vez por todas, se acabar com a vergonha que são as descargas que, de madrugada, acontecem nas ETAR, a montante de Tomar. Disse que sabe muito bem quais são e que, se quiserem, poderá falar com quem realizar essa vigilância e dar instruções onde devem meter as coisas porque, se assim for, os responsáveis serão apanhados na primeira noite. Referiu que se anda nisto há dois anos e não se vai a lado nenhum, mas é uma coisa muito fácil de resolver através de monitorização e vigilância; estão em causa resíduos provenientes de estações de tratamento controladas, a quem todos pagam para que tratem os resíduos; se não o fazem, as Câmaras têm uma palavra a dizer e folga em saber que, finalmente, a Sra. Presidente se vai reunir com o presidente da Câmara Municipal de Ourém. -----



A Sra. Presidente disse que a questão que se coloca é se a ETAR de Seíça é o único foco de poluição ou se existem mais focos a montante do rio, sendo certo que, se o município tem provas devia colocar uma ação judicial contra a ETAR de Seíça.-----

O Sr. Américo Costa interrompeu para observar que não identificou a ETAR de Seíça e **a Sra. Presidente** sublinhou que o tem feito noutras ocasiões. -----

Continuando, **a Sra. Presidente** realçou que nenhuma das entidades que foram identificadas tem recursos humanos para monitorizar o rio de x em x metros e defendeu que a monitorização de todo o leito do rio só se consegue utilizando as novas tecnologias, ou seja através de videovigilância, como se faz na Europa e pelo mundo fora. -----

O Sr. Américo Costa disse que estão em causa descargas ilícitas em certas partes do rio Nabão e que as mesmas não provêm apenas das ETAR; se a ETAR de Seíça estiver a poluir neste momento, está a fazê-lo como as outras porque é no verão, quando a ribeira vai seca e são ali depositados seis quilómetros de detritos, a maior parte não tratados, que a ETAR de Seíça é um verdadeiro problema. Pediu à Sra. Presidente que deixe de falar como se ele estivesse sempre a falar nesta ETAR porque fala em todas as que estão localizadas a montante de Tomar. Referiu que, se calhar, têm uma ETAR na zona industrial a fazer o mesmo, mas os efeitos não se sentem em Tomar. -----

A Sra. Presidente disse que regista a evolução no discurso do cidadão. -----

Esteve presente o aluno Guilherme Silva, em representação da turma J do décimo ano da Escola Secundária Jácome Ratton, que começou por informar que a turma discutiu vários assuntos tendo selecionado duas questões para apresentar a este órgão, uma das quais lhe cabe formular. Referiu que, na fatura dos SMAS, os consumidores pagam uma taxa de saneamento, uma taxa em função do consumo de água e a tarifa de esgotos; na área da sua residência, e de outros colegas, não existe saneamento e usufruem apenas de fossa séptica, o que resulta na obrigação de pagar sem terem a contrapartida do respetivo serviço; como não usufruem do serviço entendem a prestação como um imposto, o que os leva a questionar onde é que está a igualdade de tratamento dos municípios.-----

A Sra. Presidente esclareceu que o consumo de água é tarifado de acordo com um determinado número de escalões e que a tarifa de saneamento e a tarifa de resíduos sólidos urbanos estão indexadas ao consumo de água, sendo certo que quem não tem saneamento e não tem fossa séptica não paga tarifa de saneamento; quem tem fossa séptica licenciada paga mensalmente uma tarifa reduzida para tratamento dos resíduos recolhidos pelos SMAS ou por empresa devidamente licenciada para o feito. Referiu que já foram detetadas e corrigidas



algumas situações de faturação indevida pelo que agradece reporte de outras que eventualmente possam existir. Deu o exemplo da freguesia de Olalhas, onde não pode ser cobrada a tarifa de saneamento porque não existe saneamento.-----

O aluno Guilherme Silva informou que mora no casal de São Miguel, na atual União das Freguesias de Madalena e Beselga, numa zona que não é dotada de saneamento e onde existem fossas. -----

A Sra. Presidente referiu que terá que se verificar a fatura pois foram detetados casos em que as pessoas estavam a pagar indevidamente e as situações foram corrigidas. -----

O aluno referiu que não está a falar no seu caso pessoal porque há outros colegas na mesma situação.-----

A Sra. Presidente disse que a situação terá que ser analisada caso a caso. -----

Esteve presente o aluno Fernando Ribeiro, em representação da turma J do décimo ano da Escola Secundária Jácome Ratton, que começou por referir que Portugal é um país envelhecido e com uma população diminuída e que o concelho de Tomar também não foge a esta regra; precisam de mais jovens, mas a taxa de natalidade continua a baixar; de acordo com o PORDATA, em dois mil e dezasseis, em Portugal, ocorreram oito vírgula quatro nascimentos a menos por mil residentes e, em Tomar, esse valor cifra-se apenas em seis vírgula sete por mil. Referiu que há concelhos vizinhos, como o de Ourém, em que, no mesmo ano, nasceram muito mais bebés do que em Tomar, e estão a adotar medidas ativas de apoio à natalidade através da atribuição de prémios. Perguntou que medidas tem tomado ou pensa tomar o poder executivo local para aumentar a taxa de natalidade no concelho de Tomar. -----

A Sra. Presidente referiu que a questão da taxa da natalidade e do envelhecimento das populações é um problema do mundo ocidental e não apenas de Portugal, de Tomar ou dos concelhos do interior; se fosse de resolução fácil, os países já teriam conseguido implementar as medidas adequadas; algumas medidas foram tomadas, mas demoram a produzir efeitos. Disse que não são muito favoráveis a dar cabazes ou a conceder apoio financeiro às famílias como medida de apoio à natalidade porque o que leva um casal a tomar a decisão de ter um filho prende-se com um conjunto de outros fatores, como o emprego estável (os dois membros do casal terem emprego no local onde residem, ou nas proximidades e o mesmo oferecer estabilidade) e o acesso à habitação a custos comportáveis. Realçou que o Executivo Municipal tem estado a tornar o concelho de Tomar competitivo para que as empresas se possam vir aqui fixar (sendo certo que, cada vez menos, existem empregos para toda a vida, a dinâmica do mercado de trabalho tem que ser conjugada com medidas de proteção social, a que se



poderá chamar flexissegurança - alguns poderão não concordar, mas um trabalhador tem que poder manter o seu nível de vida e dar um nível de vida estável à sua família quando a empresa onde trabalha se deslocaliza ou fecha); por outro lado, em Tomar, a habitação é cara, mesmo para um casal jovem em que ambos tenham emprego, e nem todos têm hipótese de recorrer a um empréstimo bancário para aquisição de habitação própria, pelo que estão a trabalhar para que exista um programa de incentivo ao arrendamento jovem para que os casais possam ter acesso a rendas mais baratas e possam iniciar o seu percurso de vida. Disse que cada Câmara Municipal é que sabe a realidade do seu concelho e que respeita as decisões que têm sido tomadas nalguns municípios, mas não defende a atribuição desses apoios porque não são subsídios de trezentos ou quatrocentos euros ou um cabaz que levam à fixação de pessoas ou a que tenham mais filhos num ou noutro território. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet agradeceu a presença do público em geral e dos alunos em particular. Considerou muito interessante que a professora tenha o hábito de trazer os seus alunos a assistir e a participar nas reuniões, e importante que a cidadania se exerça e que as pessoas comecem a compreender que têm direitos e deveres e que é aqui o local indicado para darem o seu contributo. -----

Terminado o período de atendimento ao público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes enalteceu e saudou a presença dos alunos e da sua professora referindo que é bom que esta tenha consciência da importância desta formação para as questões da cidadania. Deu os parabéns aos alunos que intervieram em nome dos colegas fazendo votos para que possam ser exemplo para a vinda de outros. De seguida, informou que, para dar resposta às necessidades dos turistas, o posto de turismo deixou de encerrar à hora do almoço desde o dia um de fevereiro, passando a estar aberto todos os dias entre as dez e as dezassete horas, entre outubro e março, e entre as nove horas e trinta minutos e as dezassete horas, de abril a setembro. Deu conhecimento que a técnica superior Rita Carapau, que representa o Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi eleita para presidir à referida comissão. Por último, informou que, no dia vinte e quatro de janeiro, teve lugar a primeira reunião da Comissão Local de Ação Social de Tomar, que contou com a participação do Diretor do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém e de representantes de trinta e seis entidades locais, onde foi constituído o respetivo Núcleo Executivo e onde foram dadas algumas informações importantes sobre as cantinas sociais, a par de uma breve análise dos dois projetos que decorrem no concelho no âmbito da ação



social ao abrigo do programa Escolhas e do RLIS. Referiu que foi feito um balanço do que se tem feito e do que deverá acontecer nos próximos anos sendo certo que a área social deve tentar trabalhar mais em rede e cruzar mais dados para que seja possível obter um melhor e maior desenvolvimento social do concelho. -----

O Sr. Vereador Hélder Henriques informou que, a par de outras melhorias no mercado municipal, que, a curto prazo, serão conhecidas, as lojas de venda no interior do edifício já estão dotadas de internet, seguindo-se a instalação de um wireless para que, depois, os vendedores das bancas tenham também acesso através de uma password. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, há dezanove anos, se realiza na nossa cidade o encontro de colecionadores de Tomar, dinamizado pelo tomarense Sr. Vitor Domingos, evento que, nos últimos anos, se tem realizado no pavilhão municipal Cidade de Tomar; numa entrevista concedida à radio Cidade de Tomar, no passado dia dois, o dinamizador lamentou não ter recebido qualquer explicação para o facto de este ano não ser possível realizar o encontro no espaço habitual e também que já manifestou à Câmara Municipal a sua disponibilidade para oferecer o seu espólio de colecionismo dedicado à temática dos bombeiros, constituído por milhares de peças, não tendo obtido qualquer resposta; sendo certo que, no dia do encontro, o Sporting Clube de Tomar joga em casa com o Sporting Clube de Portugal, **requereu, em nome dos vereadores do PSD,** informação sobre os locais alternativos propostos pela Câmara Municipal para a realização do décimo nono encontro de colecionadores de Tomar e que contactos houve com o Sr. Vitor Domingos sobre a possibilidade de acolher o seu espólio de colecionismo. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão começou por cumprimentar de forma especial os alunos presentes e a sua professora por este ato de cidadania. Passando a responder à questão do local de realização do encontro de colecionadores referiu que este assunto começou a ser analisado há largos meses porque o requerente tem o bom hábito de requerer a utilização do espaço com um ano de antecedência; foram conversando de forma informal porque, sendo ano de eleições, não dariam ou negariam formalmente a autorização pretendida porque não seria correto condicionarem a utilização do espaço para quem quer que assumisse a gestão do município sendo certo que, nesses contatos, foi sempre referido que não haveria mais disponibilidade para autorizar a realização do evento no pavilhão municipal. Salientou que este tipo de utilização obriga a trabalhos de montagem e desmontagem, de proteção do piso e de eventual desmontagem de tabelas, e a reforço de pessoal, conduzindo à indisponibilidade do espaço para a prática desportiva, a sua principal função, num largo número de dias, e a um



acréscimo de despesas tendo em conta os recursos humanos disponíveis, ainda mais quando há outros espaços disponíveis para este género de atividades. Referiu que a Sra. Vereadora Filipa Fernandes dará melhor conta dos espaços alternativos que foram indicados sendo certo que, independentemente do que possa ter dito à comunicação social o organizador sabe muito bem os motivos que estiveram na origem da decisão, antes explicitados. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que o assunto lhe chegou quando já não havia possibilidade de se realizar no pavilhão municipal e que abordou o assunto telefonicamente com o Sr. Vitor Domingos, mais conhecido por Tita, articulando depois diretamente com a Chefe de Divisão de Turismo e Cultura para que o acompanhasse a vários locais para escolha daquele que se revelasse mais adequado a receber o evento; pessoalmente, chegou a sugerir-lhe a Casa dos Cubos, por ser um espaço central e amplo, mas não o considerou por ser pequeno; a situação foi sendo acompanhada pela Chefe de Divisão sendo certo que, quando foi sugerido o pavilhão Jácome Ratton já a organização articulava diretamente com o presidente do Sporting Clube de Tomar que seria na sede do clube; ignora o motivo dessa escolha, mas pode garantir que o município apresentou outras hipóteses. Referiu que quando a tenda do mercado estiver recuperada terá como uso este tipo de eventos, pelo que o local chegou a ser considerado, mas a hipótese foi abandonada porque, na altura, não havia ainda a certeza se já estaria disponível e o organizador precisava de uma resposta rápida para avançar com a divulgação e outro tipo de questões. -----

A Sra. Presidente frisou, para que dúvidas não existam, que a situação foi acompanhada desde o início. Assumiu que desconhece a oferta formal da coleção do Sr. Vitor Domingos sendo certo que, a existir, teria que ser submetida ao Executivo Municipal, para aceitação da doação. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes disse que também não tem conhecimento da situação. -
O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que está em marcha em todos os países da União Europeia a iniciativa WiFi4EU, que apoia a instalação de pontos de acesso wifi em locais públicos - praças, câmaras municipais, bibliotecas e estações de comboio, entre outros - estando previsto o financiamento de cento e vinte milhões de euros para a criação de acessos sem fios em seis a oito mil municípios, até ao ano dois mil e vinte; o financiamento visa os custos com o equipamento e a instalação de pontos de acesso cabendo depois a cada um dos beneficiários as despesas de ligação e de manutenção do equipamento. Referiu que, segundo a ANACOM, estão previstos cerca de vinte milhões de euros para Portugal, a distribuir pelas autarquias que primeiro submetam as candidaturas. Salientando que esta é uma excelente



oportunidade para se dotar Tomar da rede wifi de que tanto necessita, à semelhança do que já existe noutras cidades, propôs, em nome dos vereadores do PSD que, o mais rapidamente possível, se prepare uma candidatura ao programa de modo a que Tomar, em especial o centro histórico e os principais espaços públicos da cidade e das freguesias, disponham de acesso livre à internet, ferramenta fundamental nos dias que correm para o turismo e para o desenvolvimento económico. -----

A Sra. Presidente referiu que a Câmara assumiu o projeto de instalação de wifi na cidade que arrecadou o maior número de votos no âmbito do orçamento participativo jovem, reforçou o respetivo orçamento para oitenta e cinco mil euros, e submeteu-o ao programa Valorizar, do Turismo de Portugal, para apoio à valorização e qualificação de destino turístico; a candidatura mereceu aprovação e está a decorrer o procedimento de contratação para a instalação da rede na cidade. Referiu que as candidaturas ao programa WiFi4EU abriram hoje e que os requisitos a que devem obedecer as candidaturas estão a ser analisados pelos técnicos pois se, como julga, contemplar apenas as cidades não poderão submeter candidatura porque não pode haver duplo financiamento para a mesma matéria; se puderem contemplar núcleos fora da cidade, irão avançar com uma candidatura para dotar algumas zonas habitacionais das freguesias. Referiu que será analisada com a Infraestruturas de Portugal uma eventual parceria que permita contemplar as estações de Tomar, Porto da Lage e, eventualmente, Santa Cita. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que o projeto do orçamento participativo jovem tinha um valor bastante mais baixo e que talvez fosse de rever a situação tendo em conta que este investimento é muito maior, e para mais zonas. -----

A Sra. Presidente reiterou que aumentaram para oitenta e cinco mil euros a dotação do projeto do orçamento participativo jovem, candidatando-o ao programa Valorizar; a candidatura foi aprovada e só poderão apresentar novas candidaturas para áreas não cobertas por esse projeto. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet reiterou que, hoje, os alunos presentes deram um contributo para esta reunião e trouxeram dois assuntos interessantes, sendo que se irá debruçar um pouco sobre a questão da natalidade. Referiu que existem uma série de fatores que são importantes para que um casal decida ter mais filhos; Tomar precisa de crescer em número de pessoas, por via do aumento do número de nascimentos ou da captação de pessoas para aqui viver e para isso muito há a fazer. Referiu o estudo da Marktest sobre a qualidade de vida em Portugal, que analisa itens como água segura para consumo, percentagem de resíduos



urbanos recolhidos por recolha seletiva, amplitude térmica média, proporção de área ardida, taxa de mortalidade infantil, equipamentos de saúde per capita, recursos culturais per capita, despesas camarárias em cultura, taxa de criminalidade, taxa de sinistralidade rodoviária, estabelecimentos comerciais per capita, número de escolas per capita e capacidade de equipamentos de segurança social per capita, entre outros, o qual considera que Tomar é um dos piores concelhos da região em termos de qualidade de vida, o que muito a entristeceu, para não dizer mesmo irritou; entre os trezentos e oito municípios portugueses, Tomar regista um vergonhoso lugar: duzentos e quarenta e nove municípios têm melhor qualidade de vida que Tomar e apenas quarenta e nove concelhos estão em pior situação; num total de vinte e um concelhos do distrito de Santarém, Tomar surge em décimo nono lugar, apenas com Benavente e Rio Maior num lugar pior. Defendeu que este ranking deve ser motivo de reflexão para todos para que Tomar não seja notícia pelas piores razões e possam trabalhar em conjunto no sentido de melhorar significativamente esta questão; são muito orgulhosos do património de Tomar, da sua história e da beleza natural de todo o concelho; têm muitos motivos para isso pois são, sem dúvida nenhuma, o concelho com mais potencial da zona centro e não se podem comparar a muitos outros concelhos que estão mais bem posicionados neste ranking; devem aproveitar estas sinergias de que falou, da posição de Tomar na história, do património imaterial e da beleza que todos lhes reconhecem, mas têm que criar condições para que as pessoas queiram aqui viver e trabalhar, criar condições para poderem povoar, para poderem ter massa crítica em termos de pessoas para fazer crescer economicamente o nosso concelho; se assim não for, caminham para uma situação irreversível de decadência económica que os levará a que grande parte da população tenha que procurar outros locais para trabalhar e, conseqüentemente, para viver. Sublinhou que estas notícias e rankings são analisados por pessoas que estão interessadas em vir viver para o nosso concelho e também por investidores que queiram aqui criar postos de trabalho, pelo que é indispensável que o concelho saia deste lugar, que não lhes parece justo e os envergonha a todos. Gostariam de saber se a Câmara Municipal tem em vista medidas para alterar este cenário, se conseguirá melhorar alguns destes itens de forma a que possam subir significativamente neste rating para que a notícia não seja esta; apesar de as coisas poderem não estar bem no concelho, parece-lhes que este lugar não está correto.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, praticamente todos os meses, ou semanas, há rankings para todos os gostos, todos com pouca ou nenhuma validade porque não têm qualquer base científica, não deixando de ser curioso que só aqueles que, de alguma forma,



parecem negativos para Tomar é que, por norma, aparecem nos blogues e nos sítios de propaganda; os rankings poderiam ser interessantes se fossem feitos de forma mais séria; comparam muitas vezes aquilo que é incomparável, dando o exemplo da comparação da área ardua de Tomar com um concelho que não tenha floresta ou de um município onde nascem vinte crianças com um onde nascem duzentas; a estatística dá para tudo e, na maioria das vezes, umas décimas fazem diferenças de cinquenta e até de cem lugares numa lista. Salientou que todos querem trabalhar para melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos, mas não é com este tipo de rankings que vão consegui-lo até porque estes, normalmente, têm outros propósitos e os seus lugares cimeiros são pagos; desengane-se quem achar que não porque, de vez em quando, também recebem uma ou outra proposta para comprar qualquer coisa para subir nos rankings. Defendeu que, neste ranking em concreto, se percebe perfeitamente que algumas das comparações são feitas sem qualquer base credível. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet discordou desta análise porque, podendo haver um ou outro fator mais subjetivo a maior parte dos dados são muito objetivos e fáceis de calcular; se é verdade que, em determinadas situações, as décimas podem fazer toda a diferença, neste caso, globalmente, Golegã regista quinze vírgula sete e Tomar oito vírgula dois, Benavente teve sete vírgula oito e Rio Maior sete. Salientou que não estão a fazer oposição, mas sim a falar em construir e em mostrar para o exterior aquilo que Tomar é realmente; Tomar não é o décimo nono em vinte e um concelhos e trouxe o assunto porque, se calhar, podem, de forma legítima, melhorar substancialmente alguns dos fatores que são ponderados e, sem deturpar números ou a avaliação que é feita, fazer com que o ranking melhore substancialmente para Tomar.-----

A Sra. Presidente referiu que é propósito de todos dar o melhor pelo concelho e trabalhar para que ganhe cada vez melhor qualidade de vida para quem cá mora, para quem os visita e, também, para atrair pessoas para se fixarem no nosso território, independentemente dos rankings; o concelho de Tomar tem quarenta mil habitantes e é com concelhos desta dimensão que deve ser comparado para obter um ranking sério; o estudo identificado compara trezentos e oito municípios completamente diversos entre si. Disse que regista a preocupação da Sra. Vereadora porque ninguém gosta de ver Tomar no lugar em que é apresentado.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet salientou que é para melhorar a qualidade de vida no concelho que aqui estão e que é esse o objetivo dos contributos que apresentam. Perguntou como estão a decorrer as obras na Sinagoga, se estão a ser objeto de acompanhamento



arqueológico, se foram encontrados vestígios de interesse histórico e patrimonial e para quando se perspetiva a sua conclusão e a reabertura do monumento. Perguntou o que se passa com o sistema de aquecimento na Biblioteca Municipal tendo em conta as queixas de alunos e funcionários. Perguntou que informação tem a Câmara sobre o desmoronamento de uma barreira no IC nove, no sentido Ourém/Tomar, próximo de Carregueiros, se estão a ser acauteladas as condições de segurança e que medidas foram tomadas para repor a barreira e para evitar problemas semelhantes no futuro.-----

A Sra. Presidente informou que o prazo de execução das obras da Sinagoga é de cento e oitenta dias, tem obrigatoriamente acompanhamento arqueológico, não tendo até ao momento sido encontrados quaisquer vestígios arqueológicos. Referiu que o ritmo de execução está muito lento e que os serviços de fiscalização tiveram uma reunião com a empresa para tentar aumentar o ritmo dos trabalhos. Referiu que a Biblioteca Municipal tem problemas ao nível do aquecimento e da iluminação, sendo que a substituição da iluminação está contemplada numa candidatura e estão a tentar enquadrar a substituição da caldeira, muito antiga e nada eficiente, e de toda a tubagem, em candidatura a um programa que visa a eficiência energética em edifícios públicos. Esclareceu que a autarquia não é responsável pelo IC nove e que logo que soube da ocorrência notificou a Infraestruturas de Portugal para tomar as medidas de contenção da barreira que fossem devidas, sendo que, neste momento, a via reúne condições de segurança de circulação. -----

O Sr. Vereador Francisco Madureira dirigiu-se aos jovens presentes, a quem cumprimentou de forma especial, referindo que seria bom que, junto dos seus colegas, ajudassem um pouco a desmistificar a ideia que existe de que os eleitos locais são políticos, pois não é assim; são tomarenses que aqui se sentam com vontade de ajudar a fazer algo para melhorar a vida de todos. Referiu que a intervenção do Sr. Eduardo Salavisa e o fato de ainda estar por repavimentar a área intervencionada pelos SMAS, o leva a alertar para as intervenções que vão ser feitas em Ponte da Vala, em Palhavã e em Paialvo, nomeadamente quanto à necessidade de articulação entre os serviços municipais e municipalizados para que, depois, não haja um ano de espera na repavimentação que terá que existir. -----

A Sra. Presidente assumiu que, por vezes, há alguma dificuldade de articulação entre os serviços municipais e municipalizados em matéria de obras, sendo certo que a obra na Sabacheira não estava projetada pelos SMAS e, portanto, não podia estar também pela Câmara Municipal; foram promovidas reuniões entre os serviços para que estas questões sejam melhoradas. Garantiu que esta situação não se vai colocar nas obras que o Sr. Vereador



referiu porque Palhavã vai ser totalmente assumida pela Câmara, com acompanhamento da EPAL na substituição da conduta; Ponte da Vala vai ser uma obra inteiramente dos SMAS e a pavimentação já está contemplada no respetivo projeto de execução e procedimento de contratação; Charneca da Peralva vai ser uma empreitada única onde está prevista a reposição dos pavimentos. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias oito e vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

O Sr. Vereador Francisco Lopes Madureira Salgueiro não participou na votação por não ter estado presente nas reuniões, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dois de fevereiro de dois mil e dezoito, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos (3.184.954,20€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e cinco mil, quarenta e três euros e noventa e um cêntimo (195.043,91€) em Operações Não Orçamentais. -----

N.º 01 – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO FLECHEIRO E MERCADO – extinção do procedimento -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, referente à informação n.º 698/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de revogação da deliberação tomada a 13 de novembro de 2017 e consequente extinção do procedimento de suspensão do Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, face ao parecer desfavorável emitido pela CCDR LVT à proposta de prorrogação da suspensão com estabelecimento de medidas preventivas, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou revogar a referida deliberação nos termos propostos na informação técnica, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 02 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE CHÃO DE MAÇAS- GARE E VALE DOS OVOS – extinção do procedimento -----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, referente à informação n.º 841/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta de extinção do procedimento de elaboração do plano de pormenor de Chão de Maças-Gare e Vale dos Ovos, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou extinguir o procedimento de elaboração do referido plano de pormenor e mandar publicitar a deliberação nos precisos termos em que foi publicitada a deliberação que mandou executar o plano, tal como prevê o artigo 191.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial. -----

Mais deliberou notificar da deliberação a CCDR LVT e o adjudicatário. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 03 – CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA LOCAL DE NATUREZA INTERMUNICIPAL PELOS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS DA RESITEJO DENOMINADA RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, SA -----

A Sra. Presidente retirou o assunto da ordem do dia por não estarem reunidas as condições para votar estando em falta o parecer da entidade reguladora sobre a proposta de estatutos. -

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em janeiro pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas f) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA: -----

N.º 05 – REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DA AVENIDA CONDESTÁVEL DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA, DA RUA TORRES PINHEIRO E DA AVENIDA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – DISCUSSÃO PÚBLICA DO PROJETO DE EXECUÇÃO -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, referente à informação n.º 25/2018 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório de apuramento e ponderação das participações durante o período de discussão pública do projeto de requalificação dos espaços exteriores da avenida Condestável Dom Nuno Álvares Pereira,



rua Torres Pinheiro e avenida Combatentes da Grande Guerra, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório de apuramento e ponderação da participação pública referente ao projeto de requalificação dos espaços exteriores das artérias identificadas e proceder à sua divulgação através do site do Município.-----

Mais deliberou mandar elaborar a versão final do referido projeto.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, os Srs. Vereadores do PSD referiram que a importância da requalificação dos referidos espaços exteriores, os montantes envolvidos e o fato de serem obras que vão perdurar por décadas, os leva a solicitar a realização de uma reunião do Executivo Municipal com a equipa projetista para, em conjunto, poderem analisar mais detalhadamente as várias propostas e alterações apresentadas pelos munícipes. Questionaram ainda para quando se prevê o estudo de requalificação para Carvalhos de Figueiredo. -----

A Sra. Presidente referiu que poderão promover a reunião solicitada e que a estrada de Carvalhos de Figueiredo não é competência da Câmara Municipal, sendo uma das vias que só aceitarão receber depois de requalificada. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 06 – REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO TARIFADO DE DURAÇÃO LIMITADA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – tarifação do estacionamento na SUBZET 1.4 – rua dos Arcos -----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara, referente à informação n.º 602/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal os resultados da monitorização do estacionamento reservado a residentes na rua dos Arcos e proposta de tarifação do estacionamento na SUBZET 1.4- rua dos Arcos, do número de polícia 40 ao 52-A e na totalidade dos lugares de estacionamento existentes, do lado esquerdo, no troço entre a rua Torres Pinheiro e a Travessa dos Arcos, pelos fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta e submetê-la ao órgão deliberativo, ao abrigo do artigo 4.º do regulamento geral das zonas de estacionamento de duração limitada do Município de Tomar.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DAS MIMOSAS – conta final -----



Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 513/2018 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta final da empreitada de construção da rede de drenagem pluvial da rua das Mimosas, com carácter provisório, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a conta final da referida empreitada, no valor de 21.938,71€ (vinte e um mil, novecentos e trinta e oito euros e setenta e um cêntimo), onde se inclui revisão de preços e o IVA correspondente. Mais deliberou notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Nesta altura, a Sra. Presidente ausentou-se da sala, passando o Sr. Vice-Presidente a dirigir a reunião.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 08 – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA ÂNGELA TAMAGNINI, N.º 4 – Ricardo Alexandre Nogueira Tereso-----

Foi presente o processo n.º 100/DIVER/DGT/2017, relativo à vistoria final de determinação do estado de conservação da fração correspondente ao primeiro andar esquerdo da avenida Ângela Tamagnini, n.º 4, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), propriedade de Ricardo Alexandre Nogueira Tereso, com informação n.º 1321/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a homologação do Executivo Municipal o Auto de Vistoria n.º 36/2017, de 7 de dezembro, e a ficha de avaliação do nível de conservação da fração, elaborados pela Comissão de Vistorias constituída por deliberação de 28 de março de 2016, o qual atribui àquela fração o estado de conservação excelente (nível de conservação cinco), pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto de vistoria n.º 36/2017 e a correspondente ficha de avaliação do nível de conservação da fração, promovendo a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a avaliação de considera definitiva para todos os devidos efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto.-----

A Sra. Presidente não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



Nesta altura, a Sra. Presidente reassumiu a condução da reunião.-----

N.º 09 – OBRA DE RECUPERAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BAPTISTA - Fábrica da Igreja Paroquial de São João Baptista -----

Foi presente o processo n.º 48/EDIF/DGT/2017 relativo a obras de recuperação e requalificação do conjunto edificado da Igreja de São João Baptista, requeridas pela Fábrica da Igreja Paroquial de São João Baptista, com as informações n.ºs 11539/2017 e 11544/2017 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio favorável, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou emitir parecer prévio favorável, nos termos do ponto 2 do artigo 7.º do regime jurídico de urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, com os condicionamentos assinalados na informação técnica n.º 11539/2017 da Divisão de Gestão do Território.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 10 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----

Foi presente o processo n.º 80/DIVER/DGT/2018 referente ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico sito em Casal Ribeiro, inscrito na matriz sob o artigo n.º 88, secção E, da Freguesia de Carregueiros, requerido por João Azevedo Lopes – cabeça de casal da herança de, para efeitos de partilha a Olinda Maria Caetano Lopes e Adelina Caetano Lopes Garcia, com informações n.ºs 1238/2018 e 1262/2018 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 88, secção E, da Freguesia de Carregueiros, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 – ALTERAÇÃO À COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIAS, AUDITORIAS E INSPEÇÕES CONSTITUÍDAS NO MANDATO 2013-2017 -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, submetendo a aprovação do Executivo Municipal as propostas de alteração à composição das comissões de vistorias, auditorias e



[Handwritten signature]

inspeções constituídas no mandato 2013/2017 apresentadas pela Divisão de Gestão do Território e pelo Departamento de Obras Municipais, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar as alterações propostas pelas referidas unidades orgânicas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 12 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL AO CARNAVAL DA LINHACEIRA - Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira-----

Foi presente proposta do Sr. Vice-Presidente referente à informação n.º 294/2018 da Divisão dos Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a colocação e distribuição de publicidade alusiva ao Carnaval da Linhaceira, requerida pela Associação Cultural e Recreativa de Linhaceira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que autorizou a colocação e distribuição de publicidade alusiva ao evento.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

N.º 13 – APOIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS A PROVAS FÍSICAS DE ÁRBITROS DE FUTEBOL-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 45/2018 da Divisão de Proteção Civil, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pelo apoio prestado pelos Bombeiros Municipais às provas físicas dos árbitros de futebol realizadas no Estádio Municipal de Tomar, no dia 28 de julho de 2016, por solicitação do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol do pagamento devido pela assistência prestada ao evento pelos Bombeiros Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 14 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR NO ANO LETIVO 2017/2018-----



Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 130/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior para o ano letivo 2017/2018, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório apresentado, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 – PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES A CRIANÇAS E ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA E DA EB1 RAÚL LOPES ATRAVÉS DO REFEITÓRIO DA ESCOLA DE SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DOM NUNO ÁLVARES PEREIRA A PARTIR DO ANO LETIVO 2017/2018-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 47/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o estabelecimento de protocolo com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para fornecimento de refeições escolares a crianças do jardim de infância Raúl Lopes e a alunos da EB1 Raúl Lopes, através do refeitório da Escola de segundo e terceiro ciclos Dom Nuno Álvares Pereira, a partir do ano letivo 2017/2018, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo a estabelecer com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – REDE SOCIAL DE TOMAR – REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes, referente à informação n.º 110/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta de nomeação do representante da Câmara Municipal de Tomar no Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social, no biénio 2018/2020, o qual acumula a função de coordenação do referido Núcleo, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou nomear para o efeito o técnico superior Jorge Claro. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e a abstenção da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores Francisco Lopes Madureira Salgueiro e Luís



Manuel Monteiro Ramos, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD entendem que as nomeações são opções políticas de quem gere o Município, pelo que se abstêm."-----

N.º 17 – PROGRAMA ESCOLHAS SEXTA GERAÇÃO – RENOVAÇÃO PARA 2018 DO PROJETO FAZ ECO (EMPREENDEDORISMO, CIDADANIA, OPORTUNIDADES) – E6G ----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 116/2018 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo ao Executivo Municipal o parecer do Alto Comissário para as Migrações quanto à renovação para o corrente ano do projeto Faz Eco (Empreendedorismo, Cidadania, Oportunidades), aprovado no âmbito do Programa Escolhas sexta geração, do qual o Município de Tomar é entidade gestora e coordenadora.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 18 – VENDA DE ÓCULOS DE NATACÃO NO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 64/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo ao Executivo Municipal proposta de preço de venda de óculos de natação no Complexo Desportivo Municipal de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou fixar em 3,55€ (três euros e cinquenta e cinco cêntimos), incluindo o IVA, o preço da venda dos óculos de natação, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – APOIO À TERCEIRA EDIÇÃO DA PROVA TEMPLÁRIOS EXTREME - Clube Desportivo Templários BTT e Aventura -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 100/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Ginásio do Pavilhão Dom Nuno Álvares Pereira nos dias 14 e 15 de abril, no âmbito da realização da terceira edição da prova Templários Extreme, promovida pelo Clube Desportivo Templários BTT e Aventura, e das taxas administrativas aplicáveis ao licenciamento e realização do evento, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Clube Desportivo Templários BTT e Aventura do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações



Desportivas Municipais, e do pagamento das taxas administrativas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 - UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS - União Futebol Comércio e Indústria de Tomar -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 104/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Estádio Municipal de Tomar, do campo de futebol sete da Nabância e do bar e balneários do pavilhão municipal Cidade de Tomar, nos dias 30 e 31 de março, e 14 de abril, para realização de torneios promovidos pelo União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 21 - UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 62/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da sala de formação do Complexo Desportivo Municipal, no dia 27 de janeiro, para realização de ação de formação de treinadores de hóquei em patins, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Patinagem do Ribatejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 22 - UTILIZAÇÃO DOS COURTS DE TÊNIS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Ténis Clube de Tomar-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 108/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção



do pagamento devido pela utilização dos courts de ténis do Complexo Desportivo Municipal no corrente ano, para realização de torneios oficiais e sociais promovidos pelo Ténis Clube de Tomar, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 23 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 112/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização das piscinas do Complexo Desportivo Municipal no dia 2 de junho do corrente ano, para realização do festival de encerramento da escola de natação da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 24 - UTILIZAÇÃO DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Grupo Desportivo da Nabância-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 102/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da sala de formação do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, nos dias 20 e 21 de janeiro, para realização de curso de treinadores da Federação Portuguesa de Canoagem, conforme solicitado pelo Grupo Desportivo da Nabância, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar o Grupo Desportivo da Nabância do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



N.º 25 - UTILIZAÇÃO DA NAVE DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Associação de Patinagem do Ribatejo -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à informação n.º 63/2018 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização da nave do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, no dia 10 de fevereiro, para realização de provas físicas dos árbitros do distrito de Santarém, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Patinagem do Ribatejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e trinta e um minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Isabel Feites
Avelina Leal